

INCLUSÃO ESCOLAR À LUZ DA PSICOPEDAGOGIA

Sueli da Silva Nascimento¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender a inclusão escolar à luz da psicopedagogia. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa realizado numa escola pública do interior pernambucano. Participou do estudo a psicopedagoga, que também é coordenadora da referida escola. Como instrumento, foi realizada uma entrevista semiestruturada e os dados foram analisados a partir da técnica de análise categorial de conteúdo. Evidenciou-se que à luz da psicopedagogia, a inclusão escolar é um processo é um processo complexo que não objetiva homogeneizar os educandos, mas considera-los em suas diferentes necessidades educacionais, reconhecendo competências, potencializando capacidades e estimulando a convivência aceitadora da diversidade.

Palavra-chave: Inclusão escolar. Psicopedagogia. Diversidade.

I. INTRODUÇÃO

Ações políticas têm sido estimuladas em prol da promoção e da democratização de oportunidades de ensino nos diferentes níveis da educação (ARANHA, 2000).

Busca-se atender as necessidades daqueles que sofrem qualquer tipo de exclusão, seja em decorrência da pobreza, da diferença de classe social ou de etnia ou mesmo em decorrência de deficiências física e mental. Tal ideia tem como resultado a valorização e o incremento de práticas inclusivas que, supostamente, possam garantir educação mais justa e igualitária para todos e, com isso, melhor inserção social (CAVALLARI, 2010).

A integração dos portadores de deficiência tem sido a proposta norteadora e dominante na Educação Especial, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação em vários países, incluindo-se o Brasil (CARDOSO, 1992; CARVALHO, 1994; GLAT, 1998).

Ressaltamos que o presente artigo dá ênfase à inclusão de crianças com necessidades especiais, portadoras, por exemplo, de quadros neurológicos, psicológicos ou físicos com algum tipo de comprometimento.

Traçando um breve resgate histórico, verificamos que a proposta de integração escolar, por meio da Educação Especial, foi pensada, na década de 1950, por um grupo de profissionais

¹ Pós- graduação em psicopedagogia institucional (IESP) e curso de pós-graduação lato sensu em serviço de atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar (UFMS), professora do ensino infantil e fundamental I e II.

escandinavos, orientados pelo chamado “princípio de normalização”. De acordo com tal princípio, todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na sociedade em que vivem. Como consequência fundamental do princípio de normalização, apresenta-se o conceito de integração que descreve o processo da educação inclusiva. “Normalização é objeto. Integração é processo. Integração é fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classes regulares” (PEREIRA, 1990).

As noções de normalização e de integração se difundiram nos Estados Unidos da América, Canadá e por diversos países da Europa, fortalecendo-se no final dos anos 1960 e inicio dos anos 1970, junto com os movimentos de direitos civis, quando diversas minorias e grupos marginalizados começaram a lutar para conquistar seu espaço na sociedade (ROSS, 1998). No Brasil, a noção de integração parece dominar não apenas a atitude teórica dos profissionais da área (PAÍN, 1996; BOSSA, 1994), mas também as propostas de atendimento de diferentes tipos de instituições (ARANHA, 2000, SANTOS et al, 2002).

Alguns autores chamam a atenção para uma diferença conceitual-ideológica que se coloca entre princípio da normalização e princípio da inclusão (PORTO, 2006). Segundo Amaral (1995), o princípio da normalização diz respeito a uma colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial em classe comum. Neste caso, o professor de classe comum não recebe um suporte do professor da educação especial. Os estudantes no processo de normalização precisam demonstrar que são capazes de permanecer na classe comum.

O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência e na classe regular. Envolve fornecer suporte da área de Educação Especial através de seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto (SOUZA, 2000).

Entendemos necessária também uma maior especificação das noções de integração e inclusão na área escolar, uma vez que ambas priorizam a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais na escola regular (MACHADO, 2002). A noção de inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, da a ideia de inserção parcial e condicionada as possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência e que estas podem ser incorporadas no ensino regular sempre que suas características permitirem. Dito de outra forma, a inclusão exige transformação da escola pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às

necessidades dos alunos, ou seja, a inclusão acaba de exigir uma ruptura com o modelo tradicional do ensino (SANTOS et al, 2002). A noção de inclusão por essa razão não estabelece parâmetros (como faz o conceito de integração) em relação a tipos particulares de deficiências (CORTESÃO, 2003; COSTA, 2003).

No Brasil, existe um arcabouço legal avançado no que se refere à garantia dos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais. Na área da educação podemos destacar: a Constituição Federal (1988), Art. 208; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996; a Lei da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei nº 7853/1989; o Decreto nº 3298/1999, que regulamenta a Lei 7853; a Lei nº 10098/2000, sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC/2000). Todas as leis e decretos determinam que a educação das pessoas com necessidades educativas especiais deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e só extraordinariamente em escolas especiais, para aqueles alunos que requeiram apoios intensos e permanentes, que a escola comum não consegue prover.

A questão da inclusão escolar, por sua natureza complexa e mesmo polêmica, admite perspectivas plurívocas e necessita de contribuições de diversos domínios de saberes disciplinares. Por se dedicar intensamente à aprendizagem, a como se estabelece esse processo e quais variáveis podem contribuir ou atrapalhar seu desenvolvimento, a psicopedagogia se apresenta como importante agente de inclusão escolar.

Destacamos, apenas a título de compreensão sumária, que, no que concerne ao objeto de estudo da psicopedagogia, diversos autores propõem definições que convergem para a noção de aprendizagem. Para Kiguel (1991 *apud* BOSSA, 1994), o objeto central de estudo da psicopedagogia está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos – bem como a influência de meio (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento. Neves (1991 *apud* BOSSA, 1994) entende que a psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão explícitos. De acordo com Goldbert (1990 *apud* BOSSA, 1994), o objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O enfoque preventivo considera como objeto de estudo a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

Com efeito, considerando as discussões sobre as práticas educacionais inclusivas e os vários olhares que sobre elas repousam, afigura-se-nos o objetivo geral deste artigo que se designa da seguinte maneira: compreender a inclusão escolar à luz da psicopedagogia. Tal objetivo se desdobra nos seguintes objetivos específicos: investigar de que modo a formação do psicopedagogo contribui para o processo; e verificar o que a psicopedagogia pode oferecer para efetivar o processo de inclusão escolar.

2. PROCEDER METODOLÓGICO

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e em formato de estudo de caso, foi realizada no mês de dezembro de 2014, na Escola Monsenhor José Kehrle, localizada na cidade de Arcoverde – PE. Participou do estudo a psicopedagogia da escola, que também exerce o cargo de coordenadora. Essa profissional trabalha há cinco anos como psicopedagoga da referida escola.

A condição de participar da pesquisa foi determinada pelo interesse da profissional, que, voluntariamente, registrou assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido. Enfatizamos que a sua participação levou em consideração os aspectos éticos pertinentes à investigação envolvendo seres humanos, conforme a resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Para compreender o processo de inclusão escolar na perspectiva no profissional da pedagogia, optamos pela entrevista semiestruturada, pois sua flexibilidade favorece um contato mais íntimo entre os atores de pesquisa (entrevistador e entrevistado) e, consequentemente, uma exploração profunda dos saberes e crenças do entrevistado. Guérin et al. (2010) ressalvam que cada resposta a uma pergunta pode oportunizar um aprofundamento de um tema, através da realização de outra pergunta que não esteja no roteiro, o que pode tornar a descrição mais precisa e completa.

Em relação ao procedimento de coleta, contatamos, pessoalmente, a psicopedagoga, para quem foi apresentada a proposta de estudo e feito o convite para a participação. Em vista de concordância, foram agendados dia e hora para a entrevista individual, que aconteceu no seu local de trabalho.

A análise dos dados foi conduzida através da análise de conteúdo temática, na perspectiva de Bardin (2009), para quem o princípio da análise de conteúdo consiste em desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo obtido para esclarecer suas diferentes

características e extraír sua significação, ou seja, compreender as significações no contexto da fala, fazendo inferências ao seu conteúdo.

A partir dos elementos produzidos no campo, foram construídas cinco categorias de análise: concepção sobre inclusão escolar, contribuição da formação, empenho escolar, desafios a inclusão, e papel da psicopedagogia na inclusão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Recebemos como grande desafio conseguirmos tratar de cada uma das categorias a seguir, sem incorrer na reprodução exaustiva de todas as falas interessantes, o que resultaria em um acumulado repetitivo de citações e tornaria a leitura entediante, o conteúdo um tanto confuso e nosso próprio trabalho uma mera transcrição acrítica. Ao contrário, procuramos construir essa etapa do trabalho de maneira analítica.

3.1 Concepção sobre inclusão escolar

Quando questionaria sobre o que ela entende por inclusão escolar, a psicopedagogia assim se pronunciou:

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiência e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Para falar sobre inclusão escolar, é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossa concepção e ressignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática. Temos que estar preparados para lidar com as diversidades e situações complexas. Mas também, para falar de educação inclusiva, teremos que enfatizar o processo de inclusão social das pessoas de necessidades especiais que envolvem a concepção da sociedade, a estruturação física e perceptiva das escolas e do sistema educacional para assegurar os direitos de todas as pessoas de necessidades especiais e educacionais (Psicopedagoga).

A concepção apresentada pelo profissional se alinha ao que a literatura tem defendido (RUBINSTEIN, 1992; PAÍN, 1996; BYINGTON, 2003). Para a participante, a inclusão escolar está vinculada a noção de que a educação é um direito inalienável e um dever social. Tanto é que o art. 205 da Constituição Federal estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006). Ademais, tal concepção envolve a compreensão do desenvolvimento humano como um processo holístico, isto é, envolve a visão unificada que enfatiza as interrelações importantes entre os aspectos físicos, mentais, sociais e emocionais do desenvolvimento humano (COSTA, 2003).

A participante evidenciou, ainda, que inclusão escolar não trata apenas de uma integração do aluno com necessidades educacionais especiais à escola, mas de uma reestruturação do sistema educacional como um todo, o que implica repensar o conceito, o papel, o processo e os fins da educação (CORTESÃO, 2003). A inclusão escolar é, antes de tudo, uma variante da inclusão social, que se baseia na consideração à diversidade e na aceitação da diferença.

3.2 Contribuição da formação para o processo de inclusão escolar

Frente a pergunta: “De que modo sua formação contribui para enfrentamento da questão da inclusão?”, a psicopedagoga apontou que a ênfase, dada pelas formações, no domínio teórico tem subvalorizado as questões respeitantes ao domínio prático interventivo.

Diante da complexidade relevada no processo de inclusão, fica clara a urgência de medidas a serem tomadas, sobretudo no que se refere ao professor. Apesar da grande quantidade de pesquisas que têm como foco o professor, e dos inúmeros cursos de capacitação oferecidos pelas redes de ensino, parece que pouco tem se revertido em mudanças efetivas das práticas educativas. Há necessidade, portanto, de estudos mais aprofundados que desvalem os aspectos que sustentam representações e percepções que interferem negativamente nas práticas de inclusão (Psicopedagoga).

Mencionou-se que a formação, apesar das várias oportunidades de aperfeiçoamento na forma de cursos capacitantes, ainda não tem conseguido desenvolver ações práticas que confirmam efetividade ao processo inclusivo. Parece haver, ainda, um distanciamento entre os discursos, fundamentados em pesquisas e reflexões, e as mudanças, orientadas por intervenções efetivas (BASSEDAS, 1996). Isso desperta a necessidade de novos estudos que enfoquem os desafios apresentados na realização das orientações prescritas, bem como enfoquem as metodologias que têm alcançado sucesso no acompanhamento dos alunos com necessidades atípicas (LINDAHL, 1998).

De acordo com Roldão (2003), a formação dos profissionais diretamente envolvidos com a educação inclusiva tem dado primazia a elucubrações teóricas (que também são fundamentais), muitas vezes em um plano ideal, em detrimento do conhecimento dos desafios cotidianos enfrentados por profissionais despreparados e angustiados. A educação, legitimada academicamente, tem fundamentado suas práticas, referenciando-se no aluno típico, não naquele com desenvolvimento atípico e com necessidades diferenciadas (BASSEDAS, 1996). Isto constitui em um enorme desafio educacional que a formação dos educadores tem, em certa medida, negligenciado.

3.3 Empenhado escolar para promover inclusão

A psicopedagoga informou que a escola onde trabalha tem se preocupado continuamente em preparar-se para atender as diversas demandas educacionais. O fato de possuir uma profissional da psicopedagogia já revela o interesse da escola em lançar um olhar diferenciado na aprendizagem dos alunos com ritmos evolutivos típicos e atípicos. Enquanto psicopedagoga da escola, a participante afirmou que sua atuação implica num trabalho de caráter preventivo e de assessoramento no contexto educacional. Ela participa diretamente das reformulações do projeto político pedagógico da escola, incorporando à sua pauta temas que tratem da diferença, dos relacionamentos, da participação familiar, da adequação metodológica. Segundo Bossa (1994), pensar a escola à luz da Psicopedagogia, significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionadas e socioculturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo a participação da família e da sociedade.

No relato, a psicopedagoga deu destaque à importância da convivência dos alunos com as diferenças. Para ela, este é o antídoto capaz de fazer frente ao preconceito e à exclusão.

7

Olha, eu acho que a inclusão é válida, não exatamente para a criança, ela é válida para os outros aprenderem a conviver com aquela criança e acabar com o preconceito, as diferenças. Então, eu acho mais importante para isso, para eles serem respeitados nessa parte. (Psicopedagoga)

3.4 Desafios à inclusão escolar

O primeiro desafio da educação inclusiva orbita em torno da compreensão de sua natureza. A educação inclusiva comprehende a educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos, favorecendo a diversidade escolar. “*Eu acho assim: o primeiro problema é a gente entender o que significa incluir. Eu acho que incluir é diferente de igualar. Incluir é reunir as diferenças*” (Psicopedagoga).

Portanto, a opção que este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade que pode ampliar a visão do mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças (CAVALLARI, 2010).

Segundo a participante, outro desafio importante é formar educadores capazes de atender a necessidades educacionais especiais com ênfase nas competências e potencialidades dos alunos. Além disso, a falta de contato com experiências inclusivas bem-sucedidas atravessa o processo formador inicial e contínuo dos educadores:

Faltam muito aos professores informações sobre estratégias que deram certo, não para que sejam feitas cópias, mas que sejam tomadas como ponto de partida para que outras sejam pensadas, tendo em vista o conhecimento sobre o que está sendo feito e que pode funcionar. Para isso, é fundamental que sejam conhecidos os processos da aprendizagem, assim como aspectos relativos às diferentes etapas de desenvolvimento humano e, nesse sentido, faz-se necessária a formação continuada do educador, constituindo-se cada vez mais como pesquisador de sua própria prática pedagógica para que a inclusão não seja só no nome e sim na prática educativa (Psicopedagoga).

Dessa forma, para Cortesão (2003), o processo de mudança da pedagogia tradicional (leitura, cópia, exercícios no caderno ou no livro, etc.) para uma pedagogia inclusiva, pouco a pouco transforma o docente em pesquisador de sua prática pedagógica, pois a nova dinâmica de ensino faz com que adquira habilidades para refletir sobre sua docência e aperfeiçoa-la continuamente.

A falta de recursos, a inadequação de certos materiais, os subinvestimentos em estruturas que propiciem o desenvolvimento das capacidades de todos os alunos apontados pela psicopedagoga como fatores que desafiam a educação inclusiva e de qualidade: “*Aqui não existe materiais disponíveis para uma criança com deficiência visual, por exemplo*” (Psicopedagoga). Segundo Byngton (2003), uma infraestrutura insuficiente, aliada à falta de auxílio de especialistas externos ou da própria instituição educacional, podem comprometer seriamente o acompanhamento do desenvolvimento dos educados e suas diversas necessidades.

8

3.5 O papel da psicopedagogia na educação inclusiva

Quando questionada sobre o que a psicopedagogia pode oferecer para efetivar o processo de inclusão escolar, a participante revelou:

Na perspectiva do trabalho pedagógico escolar, o papel do psicopedagogo é um docente especial na escola, que tem objetivos preventivos e terapêuticos na sua ação pedagógica e clínica. É um trabalho voltado para a construção do conhecimento e bem-estar educacional tanto do aluno quanto do professor. Pois, ele reflete sobre o ensino e aprendizagem, analisa, observa e faz o diagnóstico para que haja uma intervenção psicopedagógica para solucionar, amenizar ou corrigir situações problemas em sala de aula. (Psicopedagoga)

Deduz-se desse relato que cabe ao psicopedagogo escolar estar frequentemente atualizado sobre os conhecimentos de sua área. Conforme lembra Jacob (2001), ele é o responsável pela realização de pré-diagnósticos, encaminhamentos a especialistas e assessorias aos alunos que apresentam dificuldades através da intermediação entre os clínicos, o corpo docente e a comunidade. Para Souza (2000), a escuta diferenciada, o olhar atento e o acolhimento afetivo ao ser que aprende e ao ser que ensina não podem faltar no fazer psicopedagógico. Além disso, Porto (2006) cita o desenvolvimento de estratégias diversificadas no atendimento aos alunos com dificuldades, para que façam parte da sociedade, não os excluindo da convivência

(inclusão). Nesse sentido, o psicopedagogo atua com o objetivo de conscientizar os educandos sobre o mundo heterogêneo e diversificado em que vivemos. E, procura sensibilizá-los a exercerem atitudes de corresponsabilidade pela construção de um mundo melhor e mais justo, aceitando as diferenças e o potencial individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendam os alunos com necessidades educacionais especiais.

Evidenciamos que a psicopedagogia, nesse processo, está comprometida com a compreensão da complexidade dos múltiplos fatores que envolve o aprender, mediando a relação entre vários atores da educação (alunos, pais, professores, gestores, especialistas), contribuindo para a formação dos professores e preparando toda a comunidade educacional para a aceitação da diversidade.

Por sim, destacamos que, à luz da psicopedagogia, a inclusão escolar é um processo complexo que não objetiva homogeneizar os educados, mas considera-los em suas diferentes necessidades educacionais, reconhecendo competências, potencializando capacidades e estimulando a convivência aceitadora da diversidade.

9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. S. Inclusão social e municipalização. In. E. MANZINI (Org). *Educação especial: temas atuais* (pp.1-9). Marília Publicações, 2000.
- BARDIN L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BASSEDAS, E. *Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico*. São Paulo: Artmed, 1996.
- BOSSA, N. A. *A Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a Partir da Prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- BYNGTON, C. A. B. *A construção amorosa do saber: o fundamento e a finalidade da pedagogia Junguiana*. São Paulo: Religare, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2006.
- CARDOSO, M. C. F. Integração educacional e comunitária. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 1,n. 1, p. 89-99,1992.

CARVALHO, R. E. Panorama internacional da integração: enfoque nacional. **Revista Integração**, v. 5, n. 11, p. 9-13, 1994.

CAVALLARI, J. S. o equívoco no discurso da inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais. **RBLA**, v. 10, n. 3, p. 667-80, 2010.

CORTESÃO, L. Cruzando conceitos. In D. RODRIGUES (org). **Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade**. Porto: Porto editora, 2003.

COSTA, A. **Uma escola para todos. Caminhos percorridos e a percorrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GUÉRIN, F., LAVILLE, A., DANIELLOU, F., DURAFFOURG, J., KERGUELEN, A. **Compreender o trabalho para transformá-lo**. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

JACOB, A. V. **O desempenho escolar e suas relações com autoconceito e autoeficácia**. Tese de Doutoramento, Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

LINDAHL, N. Z. Personalidade humana e cultura: Aplicações educacionais da teoria de Erik Erikson. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 69, n. 163, p. 492-509, 1998.

MACHADO, V. **Repercussões da proposta de “educação inclusiva” a partir do discurso de professores de educação especial da rede pública estadual paulista**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002. 10

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnom, SENAC, 1997.

PAÍN, S. **Subjetividade e objetividade: relações entre desejo e conhecimento**. São Paulo: CEVEC, 1996.

PEREIRA, O. S. Educação integrada: somos todos responsáveis. **Revista Integração**, v. 3, n. 6, p. 16-17, 1990.

PORTE, O. **Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. Editora Wak, 2006.

ROLDÃO, M. C. Diferenciação curricular e inclusão. Em D. RODRIGUES (org.). **Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade**. Porto: Porto Editora, 2003.

ROSS, P. Pressupostos da integração/inclusão frente à realidade educacional. [Resumo]. In. **Resumo de comunicações científicas. III Congresso Íbero-americano de Educação especial** (pp. 239-243). Foz do Iguaçu. PR: Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

RUBINSTEIN, E. A Intervenção Psicopedagógica Clínica. In. SCOZ et al, **Psicopedagogia: Contextualização, Formação e Atuação Profissional**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.



SANTOS, M. P.; ALVES, R. V.; GONZAGA, S. A. Educação especial: redefinir ou continuar excluindo? **Integração**, v. 14 n. 24, p. 30-33, 2002.

SOUZA, M. T. C.C. Intervenção psicopedagógica: como e o que planejar? In: SISTO, F.F. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Vozes**, 2000.